

A DEMISSÃO DO GOVERNO É O CENTRO DA LUTA POLÍTICA E SOCIAL

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL - 6 ABRIL 2013



1. O MEMORANDO NUNCA RESPEITARÁ A CONSTITUIÇÃO.

Nas últimas semanas sucederam-se os sinais de desagregação da maioria. A evolução dos indicadores económicos, com a escalada do défice, da dívida, da recessão e do desemprego, levam a coligação das direitas a permanentes contradições. Enquanto negoceia mais tempo para cumprir as metas do memorando, Passos prepara novas medidas de austeridade. Entre exigências de remodelação pela parte do CDS (interessado em prolongar e alargar o seu controlo de alguns ministérios) e os apelos de Cavaco à estabilidade no campo da maioria, o governo está paralisado, sem rumo nem margem de manobra. A tardia queda do ministro Miguel Relvas foi um retrato terminal.

O Bloco de Esquerda iniciou em 2011 um processo de enfrentamento político contra os ataques à Constituição a partir das opções orçamentais do governo. Com um grupo de deputados do PS, o Bloco conseguiu então uma vitória importante. No OE 2013, a defesa junto do Tribunal Constitucional de princípios essenciais já contou também com o PCP e o PS, forçando o Presidente da República a um pedido de fiscalização sucessiva. A sentença ontem emitida confirma a reincidência do governo num Orçamento inconstitucional - e em normas semelhantes às que já haviam sido chumbadas há um ano.

O Bloco de Esquerda saúda a decisão do TC que confirma a inconstitucionalidade de quatro normas que contestámos, evidenciando a natureza tardia e minimal da atuação do Presidente da República, ao não pedir a verificação preventiva e limitando-se a questionar duas das quatro normas do OE agora chumbadas. O país perdeu tempo; trabalhadores e pensionistas foram penalizados.

Nos dias anteriores à decisão do TC, Cavaco Silva deu sinais preocupantes de falta de atuação perante o eventual chumbo. Este governo, ferido de morte, usará o veto do TC (tal como usou a moção de censura ou a evolução europeia) como pretexto para um segundo resgate de consequências ainda mais desastrosas e sem vestígio de legitimidade democrática.

Para o Bloco de Esquerda, a fonte de toda a crise social e governativa é a política do Memorando e da troika, de onde emana a falta de legitimidade de um governo que não tem mandato popular para esta devastação austeritária. Sob o memorando, toda a governação será precária, porque é contra o povo e incompatível com a Constituição.

Como mostraram as gigantescas manifestações de 2 de Março, a população não aguenta mais a atual maioria e a sua política. A austeridade - mesmo algumas daquelas medidas a que o TC atribuiu constitucionalidade - continuará a enfrentar a resistência popular. Só a imediata demissão do governo e a convocação de eleições podem abrir caminho a uma saída política que evite o afundamento no desastre económico.

2. SEGURO ENTROU EM CHOQUE COM PASSOS, FALTA ROMPER COM A AUSTERIDADE.

A apresentação de uma moção de censura pelo Partido Socialista, que até agora se absteve em iniciativas semelhantes da esquerda parlamentar, marca uma recusa da continuidade do governo, alteração política que importa registar, razão bastante para que o Bloco de Esquerda tenha votado a favor dessa moção. A essa censura falta, todavia, uma resposta coerente às exigências do momento político e à gravidade da situação do país. Reiterando o seu compromisso com o memorando, na linha da “austeridade inteligente” que tem orientado o PS, Seguro apenas visa “a renegociação de uma estratégia credível de ajustamento” no quadro do pacto orçamental que aprovou. Esta política desiste de recuperar a soberania política perdida e de dirigir uma renegociação com anulação parcial da dívida, que coloque a resposta à crise em novos patamares. São as políticas inscritas no memorando que conduzem ao agravamento da crise. Para vencer a crise não basta mudar os executores da política da troika.

Para o Bloco, só pode haver saída para o presente ciclo de devastação a partir de uma maioria social forte e de um programa político claro. Um Governo de Esquerda tem que vencer a chantagem financeira e reconduzir o endividamento público a níveis sustentáveis - anulando dívida para recuperar os salários e pensões; por outro lado, tal governo será parte de uma disputa política em escala europeia para conquistar recursos contra o ciclo depressivo nos países onde se iniciou o colapso deste modelo de União Europeia.

3. SOLIDARIEDADE COM O CHIPRE! NENHUM SACRIFÍCIO PARA RESGATAR BANCOS!

A União Europeia e a banca privada do centro da Europa têm vindo a assaltar os rendimentos dos salários e das pensões das populações dos países da periferia. Em Chipre, o ensaiado anúncio da taxação de todos os depósitos, decidido pelo Eurogrupo com a aprovação de

Vitor Gaspar, mostra que nenhuma regra será respeitada e que mesmo as poupanças podem ser confiscadas, uma violência política que tem como resultado concreto uma concentração de depósitos na banca do centro da Europa.

Para o Chipre, esta manobra e o agravamento da austeridade no país significam uma queda numa recessão abrupta e o empobrecimento massivo de uma população já afectada por uma alta taxa de desemprego. Chipre é hoje um gueto na zona euro, onde a austeridade sufoca o investimento e a procura interna.

Ao acentuar a pressão sobre a periferia, o comando europeu não hesita sequer perante o risco de descrédito da moeda única, manifesto no caso cipriota pela intervenção do próprio Eurogrupo, onde se concentra o poder do governo alemão. O euro é um projeto político disfuncional desde a sua concepção e gerador de desigualdades profundas entre países. Quanto mais se acentuarem os riscos da desagregação da moeda única, mais ela estará no centro da chantagem do capital financeiro.

O Bloco é parte de uma esquerda europeia que recusa uma desagregação do euro que faria dos trabalhadores as suas primeiras vítimas. Pelo contrário, o Bloco intervéem em nome da urgência de uma frente política da periferia, constituída a partir de governos de esquerda que rompem com a lógica predatória da atual UEM e alterem a correlação de forças europeia. O Bloco de Esquerda não aceitará nunca que qualquer país membro da moeda única possa ser tratado como parceiro menor, nem que se imponha, em nome da defesa do euro, a miséria económica e social, o desmantelamento dos direitos do trabalho e do Estado social. Pelo contrário, esta esquerda tem objetivos claros: anular as dívidas, vencer a finança, recuperar serviços públicos, salários e pensões, defender os trabalhadores. Em torno deles, o Bloco empenha-se numa aliança social com todas as pessoas para juntar forças na luta e na alternativa.

Nesta reunião, a Mesa Nacional decidiu que o Bloco de Esquerda preparará a realização de uma conferência sobre o futuro do euro e da União Europeia.

4. COMBATER O MEMORANDO, RESPONDER ÀS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS.

A Mesa Nacional aprovou a proposta de um Programa de Emergência Social para responder aos contornos de crise humanitária que a situação económica está a ganhar em amplos sectores sociais. O Bloco levará essas propostas a todo o país ao longo das próximas semanas, em ações que vão envolver toda sua direção política e o seu grupo parlamentar no esclarecimento público direto.

Esse Programa assenta nos seguintes pontos essenciais:

- Subsídio social de desemprego para os desempregados sem apoio;

- Actualizar o salário mínimo para 533€;
- Aumento extraordinário de 15 euros das pensões mínimas;
- Revogação da nova lei das rendas;
- Moratória das prestações dos empréstimos à habitação para os desempregados sem subsídio de desemprego;
- Extinção da dívida com a entrega da casa ao banco;
- Proibição do corte da água e energia às famílias em comprovada situação de pobreza;
- Reposição do passe social onde terminou e sua extensão a todos os centros urbanos;
- Criação de um Cabaz Social, com 10 produtos essenciais com 0% de IVA: leite infantil, pão, arroz, massa, azeite, carne, peixe, ovos, fruta essencial, legumes essenciais;
- Reforço do apoio alimentar nas escolas;
- Comparticipação a 100% dos medicamentos recebidos a beneficiários do RSI, desempregados sem apoio e idosos com pensão mínima;
- Amnistia do incumprimento do pagamento de propinas;
- Suspensão das propinas no ano letivo 2013/2014, asseguradas as transferências para as instituições de ensino.

Estas medidas são o estímulo mais eficaz - e socialmente mais justo - à procura interna, uma necessidade económica premente num país como Portugal, que se afunda na recessão. Elas constituem, por isso, um desafio a toda a esquerda para uma ação comum contra os efeitos da austeridade - a fome, a miséria e o abandono das camadas pauperizadas da população.

5. O BLOCO EMPENHA-SE NA SUA AFIRMAÇÃO NAS AUTARQUIAS.

A resposta à emergência social acompanhará toda a intervenção do Bloco nas eleições autárquicas e constituirá o eixo programático das candidaturas que o partido prepara, de forma aberta e participada, em todo o país.

A Mesa Nacional regista que, no quadro das decisões da VIII Convenção, o Bloco realizou, em tempo útil, contactos com o PS e com o PCP com vista à exploração da possibilidade de convergências locais. As respostas desses partidos impedem essa convergência. Quanto ao PS, limitou-se à tentativa de captar o apoio do Bloco a candidatos socialistas há muito em campanha nos seus municípios, isto quando a própria moção do líder ao Congresso já previa listas próprias em todo o território. Pelo lado do PCP, a indisponibilidade para

qualquer convergência foi explícita desde cedo, impedindo mesmo a participação do partido em processos locais de cujo arranque fizeram parte representantes do PCP, como no caso do Funchal.

Tendo a Convenção do Bloco aprovado uma política de convergência de toda a esquerda para candidaturas que disputem a vitória contra a direita, sem jogos sectários nem mais divisões, o Bloco constata e lamenta que PS e PCP não assumam a responsabilidade da unidade para programas mobilizadores.

Como sempre, o Bloco está profundamente empenhado em experiências concretas de convergência autárquica à esquerda, seja apoiando movimentos independentes de cidadãos (Coimbra, Beja, Fafe, Vouzela, Belmonte) seja integrando coligações alargadas (como em algumas autarquias madeirenses). Onde apresentar listas próprias, o Bloco manterá uma política de abertura e conduzirá campanhas que responderão aos problemas das populações neste período de crise social e mobilização contra o governo da troika.

6. PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA MORTE DE MIGUEL PORTAS.

No final de Abril, cumpre-se um ano sobre o desaparecimento de Miguel Portas, militante fundador do Bloco de Esquerda. O Bloco realizará em Lisboa, no dia 30, um concerto de homenagem, com a participação de diversos artistas, amigos e camaradas do Miguel Portas. Trata-se de uma ação política pública, como tantas em que o Miguel participou ao longo do seu combate. Agora, sob uma frase sua: “Grandes lutas fazem-se com pessoas normais. Não com heróis”. Também em Abril, no dia 20, familiares e amigos do Miguel Portas promovem no Teatro São Luiz em Lisboa uma sessão evocativa intitulada “Pontes e margens: a crise, a Europa e o Mediterrâneo” assim como o lançamento do Prémio Miguel Portas.

7. TODOS À RUA, EM DEFESA DA LIBERDADE E DO ESTADO SOCIAL!

No ano em que “Grândola Vila Morena” se tornou a canção também dos que não viveram a revolução dos cravos, o Bloco de Esquerda apela à participação em massa nas manifestações populares de 25 de Abril e do 1º de Maio. A austeridade e a subordinação à troika são ameaças à democracia. A mobilização da maioria é o único caminho para um governo de esquerda que recuse a estratégia da depressão. Os dias da Liberdade e da classe trabalhadora mundial não podem ser apenas “horas marcadas”, mas sim grandes jornadas de mobilização pelo futuro.